

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2018 e
Relatório dos Auditores Independentes*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

São José dos Campos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exerceu julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas.

A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2019.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Reais**

	Nota	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		44.367.162	38.137.480
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	712.246	833.531
Realizável		43.654.916	37.303.949
Aplicações	5	10.962.328	9.277.757
Títulos e Créditos a Receber		29.101.747	24.674.325
Outros Créditos a Receber	6	3.590.841	3.351.867
ATIVO NÃO CIRCULANTE		79.430.841	77.000.672
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.813.886	2.506.318
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	7	3.813.886	2.506.318
IMOBILIZADO	8	73.560.970	72.536.695
Imóveis de uso Próprio - Hospitalares		36.610.115	36.980.037
Imóveis de uso Próprio - Não Hospitalares		5.291.847	5.291.847
Bens Móveis - Hospitalares		13.891.267	14.908.564
Bens Móveis - Não Hospitalares		1.447.104	1.340.755
Outras Imobilizações - Hospitalares		16.306.930	14.003.836
Outras Imobilizações - Não Hospitalares		13.707	11.656
Intangível	9	2.055.985	1.957.659
TOTAL DO ATIVO		123.798.003	115.138.152

Ivã Molina
Provedor


 Cleonise Nunes da Silva
 Contadora
 CRC ISP209523/032

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Reais**

	Nota	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		32.189.785	31.176.360
Débitos de Operação com Honorários Médicos		6.006.113	3.960.782
Tributos e Contribuições a Recolher	10	1.207.913	1.418.757
Tributos e Contribuições a Recolher - Parcelamento	11	194.714	349.494
Empréstimos e Financiamentos	12	6.896.830	6.786.753
Obrigações com Pessoal		2.118.680	2.012.753
Provisões		3.416.435	3.114.117
Fornecedores		7.355.358	10.974.097
Subvenções a Realizar	13	3.171.672	-
Débitos Diversos	14	1.822.070	2.559.607
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		53.598.518	58.238.321
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		53.598.518	58.238.321
Provisões	20	669.461	691.272
Tributos e Contribuições a Recolher - Parcelamento	11	8.369.974	8.283.054
Empréstimos e Financiamentos	12	36.152.651	42.350.658
Outras Exigibilidades	15	2.957.082	2.400.822
Subvenções a Realizar	16	5.449.350	4.512.515
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		38.009.700	25.723.471
Patrimônio Social		(12.362.970)	(24.888.396)
Reservas de Capitais/Patrimoniais		19.136.390	19.136.390
Reservas de Reavaliação		31.236.280	31.475.477
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO		123.798.003	115.138.152

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Munes da Silva
Contadora
CRC-1SP20952370-2

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOSCAMPOS

**Demonstração do Resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Reais**

	Nota	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		137.531.962	120.826.764
Receitas de Convênios		101.867.986	86.933.793
Receitas SUS		33.434.023	32.625.259
Outras Receitas		2.229.953	1.267.712
TOTAL DAS RECEITAS		137.531.962	120.826.764
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
(-) Glosas		(354.420)	(261.833)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		137.177.542	120.564.931
DESPESAS OPERACIONAIS		(59.834.598)	(56.042.243)
Serviços Médicos Prestados		(34.801.079)	(33.140.811)
Materiais, Medicamentos de Insumos Hospitalares		(25.033.519)	(22.901.432)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(67.902.316)	(64.705.843)
Despesas com Salários e Encargos		(51.883.725)	(47.068.729)
Depreciação		(2.274.431)	(2.263.878)
Amortização		(198.641)	(237.127)
Propaganda e Publicidade		(91.787)	(58.854)
Manutenção Geral		(2.892.528)	(2.003.394)
Serviços Prestados de Terceiros		(2.824.340)	(1.215.640)
Provisão para Perdas		(568.136)	(2.843.968)
Despesas Gerais		(7.168.728)	(9.014.253)
RESULTADO FINANCEIRO		(6.999.042)	(3.881.812)
Despesas Financeiras		(8.784.127)	(8.825.795)
Receitas Financeiras		1.785.085	4.943.983
RECEITAS PATRIMONIAIS		259.800	116.974
Receitas de Aluquel		121.800	116.974
Indenizações de Seguro		128.000	-
Vendas de Bens do Imobilizado		10.000	-
OUTRAS RECEITAS		13.581.309	10.114.407
IAC	17	2.388.543	2.388.543
Rede Cegonha	17	844.324	844.323
Receita Subvenção (Sustentável)	17	6.399.105	1.971.053
Receitas Subvenção Emenda Estadual		1.476.500	-
Auxílio Solidariedade	17	398.003	406.646
Receitas de Subvenções com Restrição		364.706	340.686
Doações		35.935	53.982
Nota Fiscal Paulista	17	184.895	214.446
Sabesp		-	2.738.070
Receitas Diversas		682.898	350.258
Serviços Voluntários		806.400	806.400
SUPERÁVIT /(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		16.282.695	6.166.414

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC 1SP209523/O-2

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Reais**

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Reservas Patrimoniais</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Superávit (Déficit) Acumulado</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>(31.294.006)</u>	<u>19.136.390</u>	<u>31.714.673</u>	<u>-</u>	<u>19.557.057</u>
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(239.196)	239.196	-
Transferência para patrimônio social	239.196	-	-	(239.196)	-
Ajuste de exercício anteriores	-	-	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	-	6.166.414	6.166.414
Transferência para patrimônio social	6.166.414	-	-	(6.166.414)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>(24.888.396)</u>	<u>19.136.390</u>	<u>31.475.477</u>	<u>-</u>	<u>25.723.471</u>
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(239.196)	239.196	-
Transferência para patrimônio social	239.196	-	-	(239.196)	-
Ajuste de exercício anteriores	-	-	-	(3.996.467)	(3.966.467)
Transferência para patrimônio social	(3.966.467)	-	-	3.996.467	-
Superávit do exercício	-	-	-	16.282.695	16.282.695
Transferência para patrimônio social	16.282.695	-	-	(16.282.695)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>(12.362.970)</u>	<u>19.136.390</u>	<u>31.236.280</u>	<u>-</u>	<u>38.009.700</u>

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC 1SP209523/O-2

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Demonstração das Demonstrações do Fluxo de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em reais**

DESCRIÇÃO	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Superávit (déficit) do período	16.282.695	6.166.414
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.545.774	2.498.832
Perdas (ganhos) na alienação sobre ativo imobilizado	863.407	204.980
Ajustes de Exercícios anteriores	(3.996.467)	-
Redução (aumento) do ativo		
Créditos de operações	(4.427.422)	(4.671.506)
Bens e títulos a receber	(238.974)	457.981
Realizável a longo prazo	(1.307.568)	(231.429)
Aumento (redução) do passivo		
Débitos com operações. de assistência. à saúde	2.045.331	(3.071.690)
Provisões	302.318	278.503
Tributos e encargos sociais a recolher	(365.624)	202.106
Débitos diversos	(1.078.681)	(1.899.279)
Passivo não circulante	1.315.207	(2.256.421)
Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades	(4.342.699)	(8.487.923)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aumento de ativos imobilizados	(4.225.638)	(5.296.871)
Aumento de ativos intangíveis	(306.144)	(737.543)
Geração (Utilização) de caixa em atividades de investimentos	(4.531.782)	(6.034.414)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Aumento de empréstimos	243.000	63.000.136
Pagamento de empréstimos	(6.087.929)	(50.299.942)
Geração (Utilização) de caixa em atividades de financiamentos	(5.844.929)	12.700.194
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	1.563.286	4.344.271
Caixa e equivalentes mais aplicações no Início do Período	10.111.288	5.767.017
Caixa e equivalentes mais aplicações no Fim do Período	11.674.574	10.111.288
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	1.563.286	4.344.271

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC - SP 20952370-2

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos, fundada em 15 de agosto de 1899, é uma Sociedade Civil de natureza e finalidades filantrópicas de caráter geral, sem intuítos lucrativos, com sede e foro em São José dos Campos, Estado de São Paulo. É uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, que pertence, e é administrada e mantida pela Irmandade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar e de Entidades Sem Fins Lucrativos.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos.

b) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

Ivã Molina
Provedor

Cláudia Nunes da Silva
Contadora
CRC 157209523/O-2

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos.

Títulos e Créditos a receber

As contraprestações pecuniárias a receber são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Baseada na análise dos valores a receber em aberto, a Administração da entidade entende não ser necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos.

Estoques

São demonstrados ao custo médio das compras, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Ativo Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC 1SP 20952310-2

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado, ativo intangível e estoques. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2018	2017
Caixa	9.190	14.343
Bancos	703.056	819.188
Total	712.246	833.531

5. APLICAÇÕES

Descrição	2018	2017
Banco do Brasil	1.353.987	1.487.406
Banco Santander	815.896	1.677.019
Caixa Econômica Federal	8.789.587	6.058.332
Títulos de Capitalização	-	55.000
Outros	2.858	-
Total	10.962.328	9.277.757

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC 15P209523/O-2

6. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Descrição	2018	2017
Estoque	2.834.529	2.198.978
Adiantamentos	360.424	440.552
Secretaria do Estado da Saúde	269.406	533.259
Conta transitória	35.174	119.240
Cheques e ordens de terceiros	-	16.166
Outros	91.308	43.672
Total	3.590.841	3.351.867

7. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO

Descrição	2018	2017
Depósitos Judiciais e Fiscais - Trabalhistas	2.019.484	1.660.735
Depósitos Judiciais e Fiscais - Eventos	908.570	670.284
Processo Judicial	663.855	-
Depósitos Judiciais e Fiscais - Eventos	156.534	105.033
Depósitos Judiciais - Encargos	38.443	28.694
Depósito Caução - Aluguel	27.000	27.000
Ativos Transferidos	-	14.572
Total	3.813.886	2.506.318

8. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

Descrição	Taxa	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
	Anual	31.12.2017			31.12.18
	%				Atribuído
Custo					
Terrenos		25.064.944	-	-	25.064.944
Edificações	4%	26.714.528	10.000	-	26.724.528
Instalações	10%	1.538.488	1.053.906	(702.607)	1.889.787
Máquinas e equipamentos	10%	22.414.491	1.701.130	(624.106)	23.491.515
Computadores e periféricos	20%	1.396.248	174.062	(38.716)	1.531.594
Móveis e utensílios	10%	4.289.393	479.517	(108.806)	4.660.104
Veículos	20%	281.466	-	-	281.466
Construção em andamento		13.274.449	800.043	(13.895)	14.060.597
Equipamentos de telefonia	10%	77.749	6.980	(250)	84.479
Benf. Em bens de terceiros	4%	1.077.244	-	(29)	1.077.215
Total		96.129.000	4.225.638	(1.488.409)	98.866.229
Depreciação Acumulada					
Edificações		(9.507.587)	(379.923)	-	(9.887.510)
Instalações		(215.713)	(49.118)	-	(264.831)
Máquinas e equipamentos		(9.860.387)	(1.522.651)	583.052	(10.799.986)
Computadores e periféricos		(869.007)	(157.123)	33.334	(992.796)
Móveis e utensílios		(2.590.050)	(202.172)	98.462	(2.693.760)
Veículos		(135.610)	(34.051)	-	(169.661)
Equipamentos de telefonia		(66.093)	(2.095)	250	(67.938)
Benfeitorias bens de terceiros		(347.858)	(80.919)	-	(428.777)
Total		(23.592.305)	(2.428.052)	715.098	(25.305.259)
Total		72.536.695	1.797.586	(773.311)	73.560.970

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC 15P209523/O-2

09. INTANGÍVEL

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Anual</u>	<u>Saldo 31.12.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo 31.12.2018</u>
Intangível					
Software	20%	2.818.391	306.144	(90.096)	3.034.439
Marcas e patentes		3.329	-	-	3.329
Total		2.821.720	306.144	(90.096)	3.037.768
Amortização Acumulada					
Software		(864.061)	(117.722)	-	(981.783)
Total		(864.061)	(117.722)	-	(981.783)
Total		1.957.659	188.422	(90.096)	2.055.985

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FGTS a recolher	360.152	351.236
IRRF a recolher	352.785	331.778
INSS a recolher	281.736	361.984
CSLL/PIS/COFINS (4,65%) a recolher	178.740	210.136
ISS a recolher	23.050	42.110
Outros	11.450	121.513
Total	1.207.913	1.418.757

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER – PARCELAMENTO

<u>Descrição</u>	<u>Tipo</u>	<u>No. Parcelas</u>	<u>Venc.</u>	<u>C. Prazo</u>	<u>L. Prazo</u>	<u>2018 Total</u>	<u>2017 Total</u>	
Multa DCTF	1345	Selic	47	22/11/2022	76.365	104.861	181.225	853.047
Imposto de Renda	1285	Selic	20	31/08/2020	-	4.501.217	4.501.217	3.644.872
FGTS	324		35	03/11/2021	109.470	507.233	616.700	896.465
Imposto de Renda	1194	Selic	68	31/08/2024	-	988.769	988.769	988.769
Prefeitura Municipal			36	21/12/2021	8.880	18.500	27.381	-
Previdência Social	1233	Selic	104	31/08/2024	-	2.249.395	2.249.385	2.249.395
Total					194.714	8.369.974	8.564.687	8.632.548

Nota Prosus: A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos requereu a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atual na Área da Saúde e que participam de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (PROSUS) tal pedido de moratória foi DEFERIDO, nas condições estabelecidas pela Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013 e Portaria Conjunta PGFN / RFB nº 3 de fevereiro de 2014, alcançando as dívidas tributárias e não tributárias, inclusive com exigibilidade suspensa, vencidas até 31 de março de 2014.

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC 1SP209523/O-2

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Tipo	Tipo Taxa	No. Parcelas	Venc.	C. Prazo	L. Prazo	2018 Total	2017 Total
Banco Fomento BNDES	Desenvolve SP	3,57%	73	15/01/2025	2.105.859	8.803.397	10.909.256	13.146.465
Banco do Brasil S.A	Empréstimos	7,5% +CDI	46	15/10/2022	4.031.644	9.161.794	13.193.438	17.400.617
Caixa Econômica Federal	Empréstimos	1,50 a.m%	70	10/10/2024	6.723.521	32.152.478	38.875.999	45.599.519
Santander	Finame	6,5% a.a	29	17/05/2021	217.860	308.635	526.495	744.356
Cartão de Credito Safra	Cartão Credito	-	-	-	-	-	-	1.543
Cartão de Credito Elo	Cartão Credito	-	-	-	127.994	-	127.994	170.795
Santander	Leasing	-	6	29/06/2019	63.993	-	63.993	186.273
Santander	Leasing	-	3	23/03/2019	27.015	-	27.015	99.440
Santander	Leasing	-	44	05/08/2022	61.113	182.189	243.302	-
Itaú Leasing	Leasing	1,55%	-	-	-	-	-	68.083
Itaú Leasing	Leasing	1,55%	-	-	-	-	-	61.016
Santander	Leasing	-	3	23/03/2019	2.360	-	2.360	12.114
Banco Daycoval	Conta Garantida	-	-	-	-	-	-	113
Cartão BNDES	Financiamento	-	-	-	-	-	-	1.036
Cartão BNDES	Financiamento	-	-	-	-	-	-	5.428
Cartão BNDES	Financiamento	-	6	11/06/2019	2.402	-	2.402	6.708
Cartão BNDES	Financiamento	-	6	11/06/2019	1.135	-	1.135	3.406
Cartão BNDES	Financiamento	-	-	-	-	-	-	3.337
Cartão BNDES	Financiamento	-	-	-	-	-	-	2.651
Cartão BNDES	Financiamento	17,35% a.a	6	11/06/2019	534	-	534	2.665
Cartão BNDES	Financiamento	-	9	29/09/2019	1.087	-	1.087	2.658
Cartão BNDES	Financiamento	-	-	-	-	-	-	417
Cartão BNDES	Financiamento	-	-	-	-	-	-	227
Juros e Encargos a Apr.		-	-	-	(6.469.687)	(14.455.842)	(20.925.529)	(28.381.457)
Total					(6.896.830)	(36.152.651)	(43.049.481)	49.137.410

13. SUBVENÇÕES A REALIZAR

Descrição	2018	2017
Projeto Timemania	3.171.672	-
Total	3.171.672	-

14. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	2018	2017
Conta de Energia	318.923	1.002.663
Cheques a Pagar	76.111	11.973
Parcelamento Bandeirante	404.122	806.719
Adto a Clientes	-	59.141
Comgás	55.275	189.899
Conta de Água	19.654	29.188
Conta Telefônica	21.170	22.324
Outros	926.815	437.700
Total	1.822.070	2.559.607

Ivã Molina
Provedor

Cleonica Nunes da Silva
Contadora
CRC 15P209523/O-2

15. OUTRAS EXIGIBILIDADES

Descrição	2018	2017
Parcelamento Bandeirantes (Energia)	2.607.514	2.019.507
Parcelamento Comgas	-	27.546
Fornecedores	349.568	353.769
Total	2.957.082	2.400.822

16. SUBVENÇÕES A REALIZAR

Descrição	2018	2017
Projetos a realizar	5.290.178	4.335.358
Subvenções	159.172	177.157
Total	5.449.350	4.512.515

17. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

2018:

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Recebido R\$	Aplicado R\$
Modalidade: Custeio Órgão: Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo	Conveio 287/2016	Rede Cegonha	844.324	844.324
Modalidade: Custeio Órgão: Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo	Conveio 287/2016	IAC	2.388.543	2.388.543
Modalidade: Custeio Órgão: Governo do Estado de São Paulo	Lei 11021/2001	Auxilio Solidariiedade	398.003	398.003
Modalidade: Custeio Órgão: Governo do Estado de São Paulo	Convênio 026/2017	Santa Casa Sustentável	6.399.105	6.399.105
Modalidade: Custeio Órgão: Governo do Estado de São Paulo		Nota Fiscal Paulista	184.895	184.895
Total			10.214.870	10.214.870

2017:

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Recebido R\$	Aplicado R\$
Modalidade: Custeio Órgão: Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo	Conveio 287/2016	Rede Cegonha	844.323	844.323
Modalidade: Custeio Órgão: Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo	Conveio 287/2016	IAC	2.388.543	2.388.543
Modalidade: Custeio Órgão: Governo do Estado de São Paulo	Lei 11021/2001	Auxilio Solidariiedade	406.646	406.646
Modalidade: Custeio Órgão: Governo do Estado de São Paulo	Convenio 026/2017	Santa Casa Sustentável	1.971.053	1.971.053
Modalidade: Custeio Órgão: Governo do Estado de São Paulo		Nota Fiscal Paulista	214.446	214.446
Total			5.825.011	5.825.011

16

Ivã Molino
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC 1SP209523/O-2

18. ATENDIMENTOS SUS

No cumprimento das exigências legais emanadas na Lei n.º 12.101/ 2009 e seus respectivos decretos regulamentadores, bem como a portaria 834/2016.

A Entidade realizou durante os exercícios de 2018 e de 2017 diversos atendimentos ao SUS, que aplicado à nova regra, conforme portaria 834 de 27/04/2016, resultou num total de 74,81% e de 69,73% de atendimento aos pacientes do SUS, respectivamente, conforme quadro abaixo:

Em 2018

ATENDIMENTOS	SUS	NÃO SUS	TOTAL
Paciente - dia (Fonte MS)	27.854	17.203	45.057
% (Percentual)	61,81%	38,18%	100%
% de atendimento ambulatorial (SIA)	10%	Port. GM/MS 834/2016	
rede cegonha	1,50%	Portaria MS-GM n.º 11/2015	
rede oncologia	1,50%	Portaria MS-GM n.º3.679/2018	
TOTAL % Atendimento SUS	74,81%		

Em 2017

ATENDIMENTOS	SUS	NÃO SUS	TOTAL
Paciente - dia (Fonte MS)	25.984	19.813	45.797
% (Percentual)	56,73%	43,24%	100%
% de atendimento ambulatorial (SIA)	10,00%	Port. GM/MS 1970	
rede cegonha	1,50%	Portaria MS/GM n.º 1.558/2015	
rede oncologia	1,50%	Portaria MS/GM n.º 1.558/2015	
TOTAL % Atendimento SUS	69,73%		

19. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2018 e de 2017, correspondem aos montantes de R\$11.559.750 e de R\$ 10.724.858, respectivamente.

20. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

O corpo Jurídico da Santa Casa analisou e classificou todos os processos quanto à contingência – ativa ou passiva – em provável, possível ou remota, justificando cada processo em fichas próprias, onde constam todas as informações necessárias aos auditores, além da competente assinatura, carimbo e registro na Ordem dos Advogados do Brasil de cada um dos respectivos patronos das causas.

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC 1SP 209523/O-2

Em virtude desse trabalho, foi possível aos administradores relacionar cada uma das situações, restando, pois, as seguintes providências:

As ações de contingência passiva provável somam o montante de R\$ 669.461 em 31.12.2018 (Em 2017 – R\$ 691.272) e foi constituída a devida provisão de contingência lançada em conta própria. As ações de contingência passiva possível somam o montante de R\$17.254.482 em 31.12.2018 (Em 2017 – R\$ 10.114.004) e não foram contabilizadas, sendo oferecida apenas uma Nota Explicativa no balanço patrimonial do exercício de 2018, especificando o valor de cada uma delas, obedecendo à simples divulgação imposta pelas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As ações de contingência passiva remota não foram contabilizadas e não serão divulgadas, conforme permissivo pelas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, esclarecendo-se que as justificativas de contingências remotas foram devidamente avaliadas pelo corpo jurídico da Santa Casa.

As respectivas demandas contam, ou com a exclusão da Santa Casa de pólo passivo, ou então são demandas que detêm decisão judicial no sentido de procedência para a Santa Casa. As ações de contingências ativas possíveis, e de contingências ativas remotas, não foram contabilizadas e não serão divulgadas, conforme normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

21. PROCESSO JUDICIAL – PIS – Programa de Integração Social

A entidade não está recolhendo os pagamentos do PIS – Programa de Integração Social com base em Decisão Judicial que concedeu Antecipação de Tutela suspendendo a cobrança. Dessa forma, a administração optou em não recolher e constituir provisão.

22. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo como base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, PIS sobre FOPAG, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

23. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante os exercícios de 2018 e de 2017 a Entidade apurou um custo de R\$806.400 e de R\$806.400, respectivamente decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

24. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Administração da entidade para cobrir eventuais riscos e perdas sobre o ativo imobilizado, no montante de R\$ 57.310.000(Em 2017- R\$ 66.235.000).

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC 1SP20952370-2